

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 595, DE 2015

Altera a redação do cabeço do art. 1º; do art. 10 e do Inciso I do art. 12 e acrescenta o Inciso VI ao art. 37, da Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994, que “Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências”.

Autor: Deputado COVATTI FILHO

Relator: Deputado SILAS BRASILEIRO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 595, de 2015, de autoria do Deputado Covatti Filho, altera a Lei nº 8.934, de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, de forma a estabelecer, essencialmente, que o registro das sociedades cooperativas será efetuado nesse registro público por meio das juntas comerciais.

Ademais, a proposição também pretende que as filiadas estaduais da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB possam encaminhar listas tríplices para a escolha de parte dos vogais, bem como propõe que a elevação do número mínimo e máximo dos vogais em uma unidade, face à participação do representante das cooperativas.

O projeto também busca estipular que os pedidos de arquivamento na junta comercial requeridos pelas cooperativas sejam

acompanhados da prova de seu registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, caso exista.

A proposição, que tramita em regime ordinário, foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se manifestará quanto à constitucionalidade ou juridicidade da matéria.

Esgotado o prazo regimental, foram apresentadas três emendas ao Projeto.

A **emenda nº 1**, de autoria do Deputado Helder Salomão, reescreve a proposição, estipulando que, das vagas de suplentes, 40% serão reservadas às entidades sindicais patronais; 40% pelas entidades sindicais dos trabalhadores de grau superior; e 20%, igualmente, pelas filiadas estaduais da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e da União Nacional de Organizações Cooperativistas Solidárias – UNICOPAS.

Ademais, essa emenda pretende estabelecer que seja vedado exigir ou condicionar a filiação ou associação a qualquer entidade de representação para a concessão de registro.

A **emenda nº 2**, de autoria do Deputado Augusto Coutinho, busca estabelecer que a Organização das Cooperativas do Brasil seja a única responsável técnica a “vistar” (sic) o estatuto de fundação das cooperativas, antes do seu registro no órgão competente, sob pena de nulidade do registro.

A **emenda nº 3**, também de autoria do Deputado Augusto Coutinho, busca estabelecer, no art. 32, II, “a” da Lei nº 8.934, de 1994, que, à exceção das cooperativas de serviços e de trabalho, que serão registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, as demais cooperativas serão registradas no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A presente proposição busca, essencialmente, alterar o número de vogais da Junta Comercial, bem como assegurar às unidades estaduais da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB o direito de indicação de vogais com assento no plenário daquele órgão.

Adicionalmente, a proposição pretende adequar a nomenclatura estabelecida na Lei nº 8.934/1994, tendo em vista que as sociedades cooperativas estão obrigadas a realizar o arquivamento de seus atos constitutivos nas Juntas Comerciais. Ademais, busca estipular que os pedidos de arquivamento na junta comercial requeridos pelas cooperativas sejam acompanhados da prova de seu registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na respectiva entidade estadual, caso exista.

Em princípio, é importante observar que, apesar da equiparação com as sociedades simples conferida pelo Código Civil (Lei nº 10.406/2002), as sociedades cooperativas permaneceram obrigadas a realizarem o arquivamento dos seus atos constitutivos no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Vale destacar que o Conselho da Justiça Federal, por meio de seu Centro de Estudos Judiciários, em evento denominado “Jornada de Direito Civil”, realizada no período de 11 a 13 de setembro de 2002, sob a coordenação científica do Ministro Ruy Rosado de Aguiar, após estudos e discussões, chegou à seguinte conclusão:

Enunciado 69: as sociedades cooperativas são sociedades simples sujeitas a inscrição nas juntas comerciais.

A Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro [órgão do Banco Central do Brasil], de igual sorte expediu o Roteiro de Procedimentos para as Cooperativas de Crédito, disponível em meio magnético no sítio www.bcb.gov.br. Desse roteiro, em versão atualizada de 19/09/2006, consta logo no item 1 – Introdução:

“A aprovação, pelo Banco Central, dos pleitos de cooperativas de crédito não as exime do cumprimento das formalidades legais dos atos societários, que será

objeto de exame pela Junta Comercial (art. 40 da Lei 8.934, de 18.11.1994).”

Também no SISORF – Manual de Organização do Sistema Financeiro, disponível no sítio www.bcb.gov.br e atualizado em 28/08/2013, repete-se, de forma mais detalhada, a citada exigência:

“Aspectos formais das assembleias gerais

A cooperativa de crédito tem seus atos societários arquivados na Junta Comercial que jurisdiciona a sede da instituição. Assim sendo, devem ser observados, tanto para a realização da assembleia quanto para a confecção da ata, os aspectos formais estabelecidos pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, por meio do Manual de Atos de Registro de Cooperativa, instituído pela Instrução Normativa nº 101, de 19 de abril de 2006, acessível pela internet, no link <http://www.dnrc.gov.br/Legislacao/normativa/in101.htm>.

Além do manual, o DNRC disponibiliza também um resumo das principais providências a serem tomadas e dos mais importantes aspectos formais a serem observados para que se obtenha, sem transtornos, o arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial, que pode ser encontrado no link <http://www.dnrc.gov.br/Servicos/dnrc/cooperativa/dnrc/assembleia.pdf>.

Ademais, a questão encontra-se sedimentada e disciplinada pela legislação atual (Lei nº 8.934/1994, regulamentada pelo Decreto 1.800/1996, e na Lei nº 5.764/1971), que prevê a competência das Juntas Comerciais para arquivamento de atos relativos às cooperativas.

Lei nº 8.934/1994 - Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

Art. 32. O registro compreende:

...

II – O arquivamento:

a) dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas;

Decreto nº 1.800/1996 - Regulamenta a Lei nº 8.934/1994

Art. 7º Compete às Juntas Comerciais:

I - executar os serviços de registro de empresas mercantis, neles compreendidos:

*a) o arquivamento dos atos relativos à **constituição, alteração, dissolução e extinção** de empresas mercantis, de **cooperativas**, das declarações de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como dos atos relativos a consórcios e grupo de sociedades de que trata a lei de sociedade por ações;*

Lei nº 5.764/1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

*Art. 18. Verificada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrada em seu protocolo, pelo respectivo órgão executivo federal de controle ou órgão local para isso credenciado, a existência de condições de funcionamento da cooperativa em constituição, bem como a regularidade da documentação apresentada, o órgão controlador devolverá, devidamente autenticadas, 2 (duas) vias à cooperativa, **acompanhadas de documento dirigido à Junta Comercial do Estado**, onde a entidade estiver sediada, comunicando a aprovação do ato constitutivo da requerente.*

...

*§ 6º **Arquivados os documentos na Junta Comercial e feita a respectiva publicação**, a cooperativa adquire personalidade jurídica, tornando-se apta a funcionar.*

Destaca-se que o Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), órgão do quadro da Secretaria de Micro e Pequena Empresa (SMPE) responsável pela fiscalização e integração para o registro e legalização de empresas, através da IN 10, de 05 de dezembro de 2013, aprovou o Manual de Registro de Cooperativas (anexo IV), estabelecendo as normas que devem ser observadas pelas Juntas Comerciais na prática de arquivamento dos atos de registro das sociedades cooperativas.

O Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC), órgão substituído pelo DREI, por meio do Parecer Jurídico

DNRC/COJUR/Nº 017/03, já havia concluído pela manutenção dos arquivamentos dos atos constitutivos das cooperativas nas Juntas comerciais, conforme ementa:

“EMENTA: Sociedade Cooperativa. Prevalência da lei especial ressalvada pelos arts. 1.093 e 1.096 do NCC.”

Esse é inclusive o entendimento de inúmeros juristas que **concluem pela manutenção do arquivamento dos atos constitutivos de cooperativas na Junta Comercial, a saber:** Oscar Ivan Prux¹, Nilson Reis Júnior², Alfredo de Assis Gonçalves Neto³, Paulo Roberto Störbel⁴, Lucas Rocha Furtado⁵, José Cláudio Ribeiro de Oliveira⁶, Ricardo Pieke Braga⁷, Armando Luiz Rovai e Pedro Ivo Biancardi Barboza⁸, Antônio José de Mattos Neto⁹, Sérgio Campinho¹⁰, Arnaldo Rizzardo¹¹ e Enir Antônio Carradore¹².

Logo, ainda que com a superveniência do Código Civil em relação à legislação cooperativista, tanto doutrina, quanto os Poderes Executivo e Judiciário firmaram a interpretação de que tal prerrogativa, no caso de sociedades cooperativas, permanece sendo do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Além disso, as Juntas Comerciais, pela *expertise* adquirida ao longo de mais de 40 anos da edição da Lei nº 5.764/1971, são órgãos especializados no conhecimento das peculiaridades do cooperativismo, o que otimiza os processos de arquivamento, devendo ser mantido os procedimentos vigentes, sob pena de implicar em sérios prejuízos às cooperativas.

¹ ALVIM, Arruda; ALVIM, Thereza (Coord.). *Comentários ao Código Civil Brasileiro*. Vol. X. RJ : Forense, 2006. p. 71.

² *Aspectos Societários das Cooperativas*. BH : Mandamentos, 2006. pp. 69-70.

³ *Lições de Direito Societário*. SP: Juarez de Oliveira, 2002. p. 131

⁴ KRUEGER, Guilherme (Coord.). *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. BH : Mandamentos, 2003. pp. 63-64

⁵ *Idem. ibidem*. pp. 76-79

⁶ BECHO, Renato Lopes (Coord.). *Problemas Atuais do Directo Cooperativo*. SP : Dialética, 2002. p. 154

⁷ BRAGA, Ricardo Peake; DE ALMEIDA, Marcus Elidius Michelli (Coord.) *Cooperativa à luz do Código Civil*. SP : Quartier Latin, 2006. p. 21.

⁸ *Idem, Ibidem*. pp. 182-187

⁹ *O empresário à luz do Novo Código Civil*. RT 819/740

¹⁰ *O Direito de Empresa à Luz do Novo Código Civil*. RJ : Renovar, 2005.

¹¹ *Direito de Empresa*. RJ : Forense, 2007. pp.. 791-792

¹² *Sociedades Cooperativas e o Imposto sobre a Renda*. SC : OAB/SC, 2005. p. 47

Os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por sua vez, não dispõem de regramento específico, que contemple as especificidades das cooperativas, nem mesmo estão devidamente paramentados e capacitados para acolher os arquivamentos de seus atos.

As Juntas Comerciais, como visto, além de possuírem a experiência e conhecimento necessários para a prática destes atos, possuem normas específicas, cuja reformulação, ocorrida em 2013, foi resultado de um processo amplo de debate, contando, inclusive, com as contribuições das próprias sociedades cooperativas, capitaneadas pelo Sistema OCB.

Assim, qualquer modificação do órgão responsável pelo arquivamento dos atos de registro das cooperativas, além da necessidade de diversas alterações legislativas e normativas que hoje já se baseiam na necessidade de arquivamento de atos nas Juntas Comerciais, resultará em impactos de ordem operacional extremamente maléficos ao cooperativismo.

Isto porque os arquivamentos de atos poderão se tornar mais burocráticos ou, o que é ainda mais nefasto, serem realizados sem a observância de um processo regular, padronizado e que garanta a necessária segurança jurídica que deve existir na constituição de qualquer pessoa jurídica.

Por um lado, as sociedades que pretendam adotar a forma cooperativa poderão investir-se de personalidade jurídica com o arquivamento de seus atos perante o Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. De outro, porém, estarão sujeitas a um processo não normatizado, despadronizado, adotando cada cartorário seus próprios procedimentos.

Assim, deve ser afastado qualquer entendimento no sentido de que as cooperativas possam arquivar seus atos constitutivos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob pena de haver um retrocesso no processo de registro, conforme destacado acima, além de possibilitar a interpretação de que seriam necessários a realização de registro em dois órgãos distintos (tanto no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica quanto na Junta Comercial), o que traria, ainda, ônus financeiro absolutamente desnecessário às sociedades cooperativas.

Portanto, a presente proposição pretende reforçar a evolução constante dos processos de padronização e segurança jurídica nos registros de sociedades cooperativas.

A primeira alteração proposta refere-se a simples adequação da nomenclatura disposta no art. 1º da Lei nº 8.934/1994, incluindo a referência expressa às cooperativas, tendo em vista que estão obrigadas ao arquivamento de seus atos nas Juntas Comerciais e a denominação não representa tal realidade.

Além disso, a proposta altera o número de vogais da Junta Comercial, incluindo a OCB como entidade com direito a indicação de vogais com assento no plenário daquele órgão. A pretensão encontra amparo na própria necessidade de fortalecimento da identidade das sociedades cooperativas.

A restrição do acesso das entidades de representação do cooperativismo à indicação de vogais nas Juntas Comerciais, além de representar mais um risco para a segurança jurídica dos processos de arquivamento de atos, revela-se frontalmente dissonante do que apregoa a própria Constituição Federal, que expressamente determina:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

(...)

*§ 2º **A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.***

E a designação da Organização das Cooperativas Brasileiras como órgão responsável pela indicação dos integrantes da lista tríplice de vogais, como feito no projeto original, também revela-se acertada, em razão do papel que a própria lei cooperativista conferiu à entidade.

O art. 105 da Lei 5.764, de 1971, instituiu a OCB como órgão técnico consultivo do Governo Federal, com expressa delegação de poderes de representação nacional do sistema cooperativista, sendo responsável, dentre outras atribuições descritas no dispositivo legal, pela integração das cooperativas atuantes nos mais diversos ramos de atividade econômica, pela manutenção de serviços de assistência geral ao sistema cooperativista quanto à estrutura social, métodos operacionais e orientação

jurídica, bem como pela representação e defesa do Sistema Cooperativista Brasileiro.

Não há dúvidas, portanto, que a OCB é a organização de cúpula nacional do Sistema Cooperativista Brasileiro – são 6.827 cooperativas registradas, atuantes nos mais diversos ramos da atividade econômica, tais como agropecuário, crédito, consumo, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte e turismo e lazer, somando-se 13 ramos ao todo. Juntas, essas cooperativas representam 11.563.427 associados e 337.793 empregos diretos (dados dezembro/2013).

O elenco de competências reconhecidas à instituição, pelo artigo 105 da Lei 5.764, de 1971, demonstra claramente se tratar de um órgão que atua no interesse de todo o cooperativismo e um de seus objetivos é a preservação e o respeito à legislação e à doutrina cooperativista no território brasileiro, o que justifica a garantia da presença de vogais da OCB no plenário das Juntas Comerciais.

Ademais, é importante anotar que em muitas Juntas Comerciais existem duplicidade de representação por alguns setores, exatamente por falta de interessados em compor o plenário de vogais. Como exemplo, cite-se a Junta Comercial do Estado de São Paulo que, a despeito de já possuir um vogal do sistema cooperativista garantido por legislação estadual, conta com 2 vogais representando o setor da indústria, outros 2 para o comércio, etc.

Diante deste quadro em que não vem sendo garantida a adequada representatividade ao cooperativismo, segmento singular e repleto de especificidades, é indispensável a aprovação do texto que confere ao sistema cooperativista assento nas Juntas Comerciais dos estados.

Finalmente, no tocante à estipulação de que os pedidos de arquivamento na junta comercial requeridos pelas cooperativas sejam acompanhados da prova de seu registro na Organização das Cooperativas Brasileiras, sugerimos a supressão do dispositivo, por se tratar de matéria afeta à legislação cooperativista, que está sendo tratada em outros projetos de lei, consideramos não ser necessária, nesse momento, a realização de alterações na lei que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Assim, em face do exposto, **manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 595 de 2015, na forma do Substitutivo anexo, e pela rejeição das três emendas apresentadas neste Colegiado.**

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado SILAS BRASILEIRO
Relator

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 595, DE 2015

Altera a redação do cabeço do art. 1º; do art. 10 e do Inciso I do art. 12, da Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994, que “Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º O cabeço do art. 1o da Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º O Registro Público de Empresas Mercantis, Atividades Afins e de Cooperativas, subordinado às normas gerais prescritas nesta lei, será exercido em todo o território nacional, de forma sistêmica, por órgãos federais e estaduais, com as seguintes finalidades: (NR)

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 10. O Plenário, composto de Vogais e respectivos suplentes, será constituído pelo mínimo de doze e no máximo de vinte e quatro Vogais. (NR)

Art. 3º O Inciso I do art. 12 da Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 12.

I - a metade do número de vogais e suplentes será designada mediante indicação de nomes, em listas tríplices, pelas entidades patronais de grau superior, pelas Associações Comerciais e pelas filiadas estaduais das Organizações das Cooperativas Brasileiras - OCB, com sede na jurisdição da junta; (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1 de janeiro do ano subsequente.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado SILAS BRASILEIRO
Relator